

OS DESAFIOS DE MOÇAMBIQUE NOS ACORDOS DE MERCADO COMO TRATADOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL REFERENTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA

Data de aceite: 01/02/2024

Muemede Manuel Matumula

Mestrando em Administração e Gestão de Negócios pela Universidade Católica de Moçambique, na Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos, Licenciado em Contabilidade e Auditoria pelo ISGECOF em Lichinga – Niassa.

Viegas Wirssone Nhenge

Economista e docente Universitário da Universidade Católica de Moçambique, faculdade de Gestão de Recursos Florestais e faunísticos, Lichinga – Niassa.

RESUMO: Moçambique é um país que possui uma riqueza invejável no subsolo, tanto para a agrícola bem como em recursos naturais (petróleo, pedras preciosas e semipreciosas). Historicamente, o país viveu momentos cerca de 500 anos de opressão colonial, tendo alcançado sua independência em 1975 e retomado a guerra civil que durou cerca de 16 anos. Com o calar das armas da guerra civil, dá-se o início ao governo de transição que dentre várias medidas ganhou espaço a criação de uma economia aberta que se solidificou mediante acordos de mercado com vários organismos e nações que

de certo, tornaram o país de hoje. Hoje Moçambique é membro da SADC, CPLP, OIT e vários outros conectados mediante tratados de comércio internacional referente a actividade económica. Pese embora, a globalização, as mudanças climáticas e vários outros choques estão cada vez mais a estagnar o desenvolvimento do país na medida em que, no lugar de avançar o governo é involuntariamente chamado a virar sua atenção a resolução de emergências internas (insurgências, ciclones etc.) sem desligar-se de seus compromisso com o mundo fora. Nestes prismas, este estudo compilado na base exploratória bibliográfica (fontes secundárias) trás uma análise dos desafios de Moçambique nos acordos de mercado como tratado de comércio internacional referente a actividade económica. Informações obtidas apontam desafios de reestruturação de políticas internas com vista na criação de (1) bases de sustento do Orçamento do Estado mediante a massificação da agricultura, (2) a redução do endividamento público e aposta em investimentos em industrias. (3) foco nos 3 sectores de intervenção do governo e (4) melhoria da reputação do Estado perante aos factores corrupção e legalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Acordos internacionais; Acordos de mercado; Tratados de comércio; Actividade económica; Desafios.

MOZAMBIQUE'S CHALLENGES IN MARKET AGREEMENTS SUCH AS INTERNATIONAL TRADE TREATIES REGARDING ECONOMIC ACTIVITY

ABSTRACT: Mozambique is a country that has enviable wealth underground, both agriculturally and in natural resources (oil, precious and semi-precious stones). Historically, the country experienced moments of around 500 years of colonial oppression, having achieved independence in 1975 and resuming the civil war that lasted around 16 years. With the silence of the weapons of the civil war, the transition government began, which, among several measures, gained ground in the creation of an open economy that was solidified through market agreements with various organizations and nations that certainly made the country a today. Today Mozambique is a member of SADC, CPLP, ILO and several others connected through international trade treaties regarding economic activity. Despite this, globalization, climate change and several other shocks are increasingly stagnating the country's development to the extent that, instead of moving forward, the government is involuntarily called upon to turn its attention to resolving internal emergencies (insurgencies, cyclones etc.) without disconnecting from your commitment to the outside world. In these perspectives, this study compiled on an exploratory bibliographic basis (secondary sources) provides an analysis of Mozambique's challenges in market agreements such as international trade treaties regarding economic activity. Information obtained points to challenges in restructuring internal policies with a view to creating (1) bases for supporting the State Budget through the massification of agriculture, (2) reducing public debt and investing in industries. (3) focus on the 3 sectors of government intervention and (4) improving the State's reputation in the face of corruption and legality factors.

KEYWORDS: International agreements; Market agreements; trade treaties; Economic activity; Challenges.

INTRODUÇÃO

O cenário histórico de Moçambique levanta ao alto uma visão de fertilidade à intervenções de potências capitalistas e demais interessados, devido a dois aspectos fundamentais: riquezas do subsolo e baixo nível de *know-how* técnico para criação e manuseamento de tecnologias de ponta em benefício do próprio país. Aliás, é evidente em África, Europa, América e outros continentes que poucos são os países detentores de indústria tecnológica com capacidades comprovadas de por si só produzir bens com padrões internacionalmente aceites e de modo igual alimentar o mundo a partir de seus próprios recursos, sem no entanto entrelaçar-se a outros países (ainda é discutível). Ao que se vive, nos dois aspectos elencados Moçambique foi se desenvolvendo mediante a intervenção de organizações internacionais, ainda que por um lado, por ilegais que buscaram banalizar a economia do país mediante exploração ilegal de recursos. Este último ponto, fez-se sentir em momentos em que o interesse do País era a luta pela libertação da terra e do Homem

que há 500 anos estava sob regime do colonialismo Português. Alcançada a independência em 1975 o foco do governo Moçambicano virou para a reconstrução da sociedade passando pelas políticas de nacionalização de tudo quanto eram bens deixados pelos Portugueses. Em toda esta esfera, predominavam em Moçambique relações diplomáticas voltadas para política e reforço militar com vista a solidificar da paz, no entanto, na década 80 o marco do período de transição o país passou da economia de planificação central para uma economia de mercado i.e. aberta.

Embora ainda há dualidade de interpretações, Moçambique vive as relações comerciais com o mundo há muitos anos, sendo o ano 1498 da chegada do Vasco Da Gama a ponte para o contacto com o mundo seguido de vários outros movimentos económicos gerados pelas grandes plantações (1885-1926), o nacionalismo económico (1926-1960) e investimentos na industria de manufactura devido a “mudanças das políticas mundiais e a crise do regime de Salazar” (1960-1973). Ora, a economia moçambicana é na sua essência agrícola, voltada a produção familiar e nos últimos anos com tendências para a de rendimento e investimento. Mesmo assim, os desafios elencados por (Cruz e Silva, s.d.) não somente voltados para as relações internacionais, mas também a implantação de uma economia de mercado e inserção na globalização económica em todos os níveis.

A situação do País está cada vez mais preocupante e numa tendência de por um lado desenhar políticas para estabilizar a economia e por outro direccionar o pouco recurso existente na criação de condições para o bem-estar da população face as intempéries que ser registam nos últimos anos, a semelhança dos Ciclones IDAI, KENETH, GOMBE, ANNA e FREDDY. Por outro lado são as crises políticas e insurgência que se faz sentir no norte do País, concretamente na província de Cabo Delgado com influências a Niassa e Nampula. As relações bilaterais que o País tem afora demonstraram-se relevantes ao ponto de em meio a crises terem sidos canalizados subsídios a fundo perdidos neste solo pátrio. Isto não é motivo de glória pois, o país ainda tem muito por fazer dai que se levanta o seguinte questionamento, em meio a vários outros: “quais são os desafios de Moçambique nos acordos de mercado como tratados de comércio internacional referente a actividade económica?”

O objectivo deste estudo é analisar os desafios de Moçambique nos acordos de mercado como tratados de comércio internacional no concernente as actividade económicas visando, descrever o actual cenário de Moçambique perante os acordos de mercado no comércio internacional e propor medidas alternativas que visam fortalecer cada vez mais as relações com o exterior no concernente as actividades económicas. As abordagens sobre relações internacionais são multidimensionais por esta razão e para não limitar pesquisas futuras (o que é quase impossível neste domínio), estudo é exploratório, acredita-se que este estudo é apenas uma iniciação que “poderá gerar informações e conduzir a outras pesquisas” por ser de uma área de interesse no actual estágio de globalização (Mattar, 2001). Para a compilação das abordagens efectuou-se o levantamento bibliográficos em

fontes secundárias.

REFERENCIAL TEÓRICO

TRATADOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Acordos de Mercado

As relações internacionais representam uma rede de interesses quer políticos, económicos e sociais que os Estados têm um com o outro, visando por fim último estabelecer acordos mútuos que lhes confere tais vantagens e livre acesso em seus territórios para colocar em prática seus interesses. Parte-se do princípio em que segundo Batalha (2009)

O mundo é mais complexo com a interdependência de capitais e com a necessidade de o Estado participar activamente das administrações modernas da macroeconomia dinâmica. Em condições de participação mínima, é o Estado que necessitará lançar e coordenar as políticas monetárias e fiscais, administrando as taxas de juros e de câmbio etc. (p. 366).

Nesta esfera o comercio internacional, isto é, ao nível do mundo é transacionado pelas corporações que definem estratégias de *global sourcing* entre nações envolvidos nesta rede de partilha de interesses. Os tratados internacionais remetem a reflexão de vínculos jurídicos de várias nações (considerados signatários) e relações efectivadas por instrumentos regimentares. Constituem reflexos da globalização da economia mundial, na medida em que vários Estados buscam criar redes de relações de abrangência internacionais permitindo mediante o cumprimento de acordos estabelecidos, exercer determinadas acções em territórios de outrem. Dai a necessidade de os Estados criarem “mecanismos que regulem as condutas dos agentes, em um processo de interação fornecendo a dinâmica necessária para a evolução e a consolidação dessas relações entre as nações” (Rebouças, 2021).

Para Rebouças, o tratado refere-se ao “acordo internacional celebrado entre Estados em forma escrita e regido pelo Direito Internacional” que pode constar em um, “dois ou mais instrumentos conexos”. Este vínculo em termos legais é efectivado por órgãos competentes e signatários dos Estados, os quais lhes são conferidos os plenos poderes para “estabelecerem normas comuns de Direito Internacional”, regra geral expressam a vontade e comuns desejos entre os Estados interessados. Para Husek (2023) os tratados constituem fontes e princípios de Direito Internacional e visam fundamentalmente solidificar os paradigmas da “sociedade internacional: o mercado e a comunicação, em outras palavras, são contratos que regulam situações específicas de interesse directo dos Estados envolvidos, podendo ser, tratados-leis: que produzem regras gerais e abstratas para uma série de Estados ou, tratados-Constituição: que criam organismos internacionais que se aplicam a todos os envolvidos, tal como a ONU, OEA ou mesmo OIT, as geradoras

de normas internacionais de emprego reconhecido” (Husek, 2023, p. 56).

Para Batalha (2009, p. 369), os tratados de comércio internacional ou acordos comerciais são resultantes da “cooperação internacional para dirimir conflitos”, portanto, são instituições predominantes nas relações entre os Estados alicerçados a estes planos. Compreendem contudo, “acertos firmados entre nações que estabelecem objectivos e períodos de vigência” para fundamentalmente, limar possíveis barreiras e conflitos nas relações bilaterais e multilaterais, (p. 370). Nestes prismas, a distinção entre o tratado e acordos está no regime dos próprios instrumentos vinculativos, em relação a extensão, natureza e duração (em geral os tratados são mais amplos, complexos e de longa duração, ao passo que os acordos são mais simples e flexíveis). Estes vínculos são importantes e dinamizam a economia, na medida em que “por intermédio dos tratados internacionais, os Estados, as organizações internacionais e outros interessados, manifestam formalmente suas vontades produzindo efeitos jurídicos e harmonia no entendimento dos pontos de interesses comuns” (Rebouças, 2021), a Convenção de Viena – celebrado em 1969 e entrou em vigor ao nível internacional a partir de 27 de janeiro de 1980, (que disciplina e regula “o processo de formação está atrelada aos tratados” entre Estados. O tratado internacional apresenta seis (06) elementos em suas estrutura, os quais corporizam este instrumento.

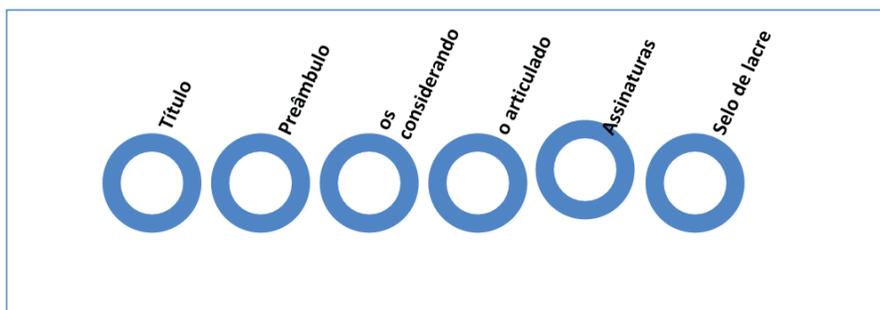


Figura 1: Estrutura de um tratado internacional (elementos constituintes)

Fonte: adaptado de (Rebouças, 2021)

Em relação a estrutura de um tratado apresentado acima, “o título indica a matéria tratada pelo acordo, o preâmbulo as partes contratantes, os considerando indicam as intenções das partes no que tange à celebração do acordos internacionais de mercado, no articulado ficam expressas as cláusulas de operatividade do acordo e no fecho se indicam o local, a data da celebração e a língua usada no instrumento. Ao passo que a assinatura do chefe do Estado, do ministro das Relações Exteriores ou de outra autoridade que tenha representado o Estado, serve para dar poder ao instrumento i.e, homologá-lo (oficializar o tratado) e o selo de lacre serve para o fecho ou encerramento envolvendo ícones das partes signatárias”, (Rebouças, 2021).

Historial dos acordos de Mercado

Segundo Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) os “tratados e acordos internacionais especificam regras, princípios e padrões de comportamentos nos negócios entre si na qualidade de signatários, os governos podem recorrer de modo unilateral a sanções e embargos para reagir a actividades ofensivas de nações estrangeiras” (p. 131), sanções são definidos regra geral como veto ao comércio internacional contra acções que perigam a paz e a segurança, ao passo que os embargos são “vetos as exportações ou importações de bens ou modalidade de transporte específicos com determinados países”, isto em tempos de guerra. Os embargos entre os EUA, Cuba, Irã e Coreia do Norte, todos eles considerados patrocinadores do terrorismo. No âmbito da tendência global não há uniformidade dos âmbitos em sede dos tratados multilaterais, outros abrangeram os softwares de computação e os serviços financeiros.

O historial dos acordos de mercado está relacionada a evolução da sociedade e a necessidade de querer cada vez mais conectar-se ao mundo para satisfação de interesses entre nações. Serepião e Magnoli (2006), intendem que os acordos de comércio internacional surgiram há séculos atrás, marcados por escaladas pelas vias marítimas para trocas comerciais como “único meio viável” nas águas do Mediterrâneo em relação ao transporte terrestre. Este recurso foi determinante tanto na Grécia clássica, no Egeu e Atenas. Na época “o mar era um condutor (recurso a embarcações com recurso a cartas náuticas e remadores), sendo o Mediterrâneo o único grande mar interior em todo o perímetro da Terra, o qual garantiu o comércio a longa distância” por outro lado, com recurso a esta via de civilização (Rebouças, 2021). Roma detinha o seu império na bacia do Mediterrâneo e os romanos notabilizaram-se na arte de construção de estradas, embora que sua utilidade era hostil para o comércio (transitavam soldados pela estrada), enquanto que no mar, as mercadorias iam sendo movimentadas sem riscos. Com o domínio árabe, no Mediterrâneo foi encerrada a navegação europeia tendo gerado em consequência a queda da economia medieval por um tempo, sendo que no século XI com a “revolução comercial europeia” foi reactivada a conexão passando a constituir novamente a via e meio de transporte mais conveniente nos eixos do Mediterrâneo, mar Negro, mar Báltico e do mar do Norte (os vikings e Veneza controlavam o comércio marítimo europeu ao norte e sul respectivamente), (cite no mesmo).

De um modo geral o processo evolutivo, deu-se não somente com o desenvolvimento tecnológico do transporte marítimo, também com a sofisticação e/ou melhoria dos meios de transporte usado para exportar as mercadorias. Apontam-se os séculos XI e XVI como sendo o período no qual as embarcações passaram a ter nova roupagem (sistema de navegação melhorada) embora em XV a China tenha sido retirado do comércio marítimo, os turcos otomanos tenham dominado a Constantinopla e os comerciantes da Genova tenham suplantado os de Veneza, no mar Adriático. Porém, na transição para Idade Moderna os

européus reativaram os portos do Mediterrâneo ocidental (Marselha, Barcelona, mares do Norte e Báltico) tendo Lisboa se tornado elo portuário e comercial e, em parte suportado a riqueza de Portugal no século XIV.

Os produtos que marcaram o processo evolutivo do comércio internacional são, trigo, os metais da América. Com o surgimento do capitalismo as economias-mundo começam a estabelecer laços cada vez mais fortes no universo, uma evolução que em meio a barreiras e adopção de novas estratégias chegou ao século XXI, a globalização, o investimento no exterior é o outro determinante desta rápida evolução. Nos últimos anos, “as economias avançadas tomaram a iniciativa de assinar tratados que apoiam a protecção internacional dos direitos de propriedade intelectual” (Cavusgil, Knight, & Riesenberger, 2010, p. 352), os principais destacam-se: “a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial, a Convenção de Berna para a Protecção das Obras Literárias e Artísticas e a Convenção de Roma para a Protecção dos Artistas e das Organizações de Radiodifusão” em geral administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (*WIPO – World Intellectual Property Organization*). E para solidificar ainda mais as relações internacionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) criou o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (Trips), um tratado internacional que estabelece soluções, procedimentos de resolução de litígio e normas de execução para proteger a propriedade intelectual, (cite nos mesmos).

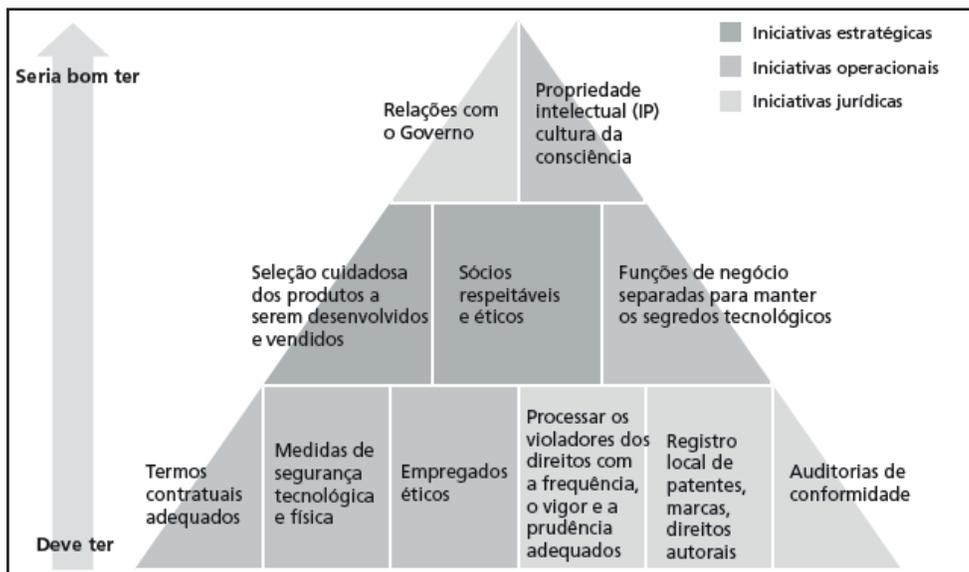


Figura 2: A pirâmide da protecção da propriedade intelectual

Fonte: Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010, p. 352)

OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE NOS ACORDOS DE MERCADO INTERNACIONAL

A economia moçambicana está exposta aos choques externos movidos por vários factores incluindo a dependência externa, quer através de dívida pública para sustentar os gastos do Governo, quer por via de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e em terceiro lugar devido a elevada taxa de abertura para com o resto do mundo, tendo se situado em 127,2% em 2018, 116,55% em 2019 num universo de 170 países, (Sambo, 2021). Em 2021 o IDE apresentou uma tendência descendente após o pico registado nos anos 2012 e 2013, numa fraca escala de potencialidade para impulsionar o desenvolvimento, embora o país tenha em 2021 registado uma evolução nos investimentos e as exportações após a pandemia da COVID-19 (cite no mesmo).

O fim do regime comunista da então República Popular de Moçambique abriu espaço para os acordos e tratados internacionais de mercado, nessa época (1990) passou-se da então a República de Moçambique. Com a abertura de redes e ligações com várias economias, as relações diplomáticas ganharam ainda mais espaço, o país singrou para a esfera de acordos visando em meio ao contacto com o exterior, melhorar os indicadores económicos após a guerra civil. O país começou a viver em parte as já conhecidas categorias dos tratados internacionais tais como:

- Tratados bilaterais (entre dois países);
- Tratados multilaterais (envolvendo três ou mais Estados),
- Tratados regionais (entre Estados de uma determinada região geográfica);
- Entre outros.

Yparraguirre (2023) aponta ainda a existência de tratados temáticos envolvendo, direitos humanos, comércio internacional, segurança, meio ambiente, etc. Os acordos são, tratados de natureza económica comercial os quais no momento da sua elaboração passam pela “negociação e adopção, assinatura, ratificação, registo e publicidade, sendo que para a validação os seguintes elementos tornam-se cruciais: capacidade das partes, habilitações e seus representantes, objecto lícito e possível, consentimento regular e além das condições gerais de validade dos negócios jurídicos” (Yparraguirre, 2023).

Moçambique está inserido em várias redes de parcerias e acordos que o mantêm em posição de “amigo de todos”. Embora em meio a tensões políticas, insurgências, endividamentos e situações que deixam a desejar, tanto este como outros países estão cada vez mais a firmar acordos de comércio, a título de exemplo em 2020 durante as restrições resultantes da pandemia foi homologado pela SACU (*Southern African Customs Union*) o “Acordo de parceria económica entre os Estados membros da União Aduaneira da África Austral e Moçambique e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do norte – APE-UAAAM-RU”. Além deste, vários são os tratados e acordos internacionais sobre a

penumbra de Moçambique, tal como, a Convenção da Nações Unidas contra a Corrupção (2003), Convenção Internacional sobre a Protecção dos direitos de Todos os trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias (1990), Convenção sobre as Armas Biológicas, Convenção sobre o Trabalho Forçado da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969), Tratado de Pelindaba (1996) entre outros.

Todavia, além das relações acima apresentadas Moçambique é membro de vários organismos internacionais, comunidades, grupos e sociedades que lhes conferem privilégios de se interligar cada vez mais com o mundo. Diga-se que por ser membro da SADC, as cooperações desta para com o mundo beneficiam a este país da África. É notório o fluxo do *global sourcing* em moçambique, a expansão por quase todas as províncias dos organismos multinacionais, a operacionalização de vários projectos por meio de doações dos EUA, Suíça, EU (União Europeia), JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), Global Fund, USAID, entre outras.

De acordo com o Banco de Moçambique (2022) as perspectivas de crescimento da economia mundial para os anos 2022 a 2023 abrandaram devido ao prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e ao aumento das taxas de juros emitidas pelos bancos centrais. Mediante receios, a economia norte-americana enfraqueceu e em consequência a perda de peso do Dólar comparativamente há 3 anos atrás.

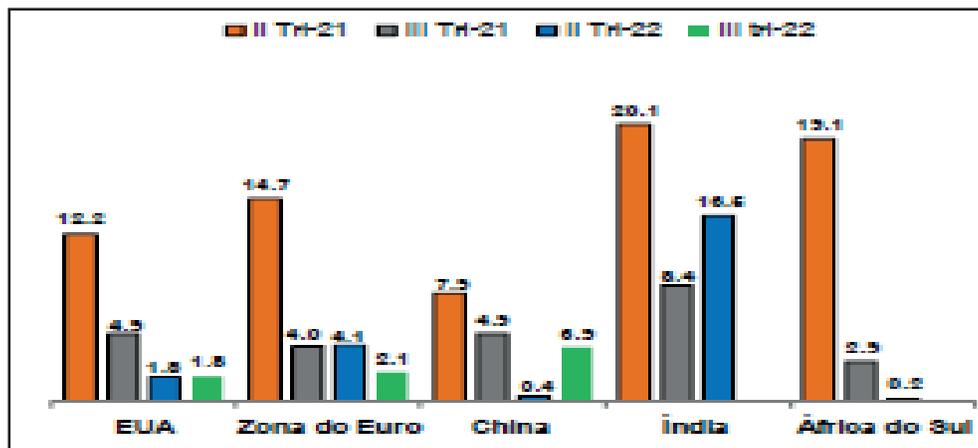


Figura 3: Evolução do PIB (%) dos principais parceiros do país

Fonte: Banco de Moçambique (2022), in *Trading Economics*

Nois principais parceiros do país, os EUA por exemplo o Produto Interno Bruto (PIB) no III trimestre de 2022 cresceu em 1.8% representando um aumento de exportações e do consumo privado, ao passo que na Zona do Euro registou-se um abrandamento como consequência da crise energética que afecta a região mediante o conflito militar Russo-Ucraniano. No mesmo período, a economia da China cresceu em 3.9% fruto dos incentivos

que aquele Governo cedeu ao sector **industrial** por outro lado, pelo contributo do aumento das exportações, (Banco de Moçambique, 2022).

Uma vez Moçambique dependente de outros países para a realização das despesas públicas, os desafios ainda prevalecem cada vez enormes sobretudo quando ao nível das grandes potências económicas registam-se choques por um lado, e por outro, quando os fenómenos naturais e as pressões internacionais face ao endividamento se fazem sentir às costas do povo. Daí que, entidades que velam pela economia nacional no lugar de reduzir as taxas sobre os serviços em vários sectores, mantêm com perspectivas de a curto prazo aumentar como forma “de recuperar a economia”. É nesta senda que com o desenrolar da tensão geopolítica na Europa que afectou a economia moçambicana incrementando os custos do petróleo e gás doméstico, levou ao Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique a manter a taxa de juro de política monetária (MIMO) em 17,25% no ano de 2022. São dados também como factores por traz desta decisão, o abrandamento da procura externa e o possível retorno da inflação a 12%.

Portanto, ainda estão candentes os “os riscos e incertezas a subida da taxa de inflação, baixas previsões de crescimento económico em 2023 e elevado nível da dívida pública (274,8 mil milhões de meticais em 2022)” (Banco de Moçambique, 2022). A estes desafios não se podem deixar de lado as questões de credibilidade e segurança, que ainda são “nós soltos”, principalmente à questão do alto índice de corrupção em que o país regista (142/180 em 2022), a queda de moçambique no Ranking mundial do Estado de Direito para posição 128 passando a integrar o grupo dos 15 países onde o Estado de Direito é mais fraco e por outro lado as instabilidade militar numa erra de descoberta do Gás na bacia do Rovuma.

Contudo, são poucas as hipóteses de que relações entre Moçambique e o mundo possam ser quebradas, pois muito investimento que intelectual, material, financeiro e outros, foram feitos não a fundo perdido mas sim mediante acordos de interesses mútuos que demanda do Governo a busca de acções para fazer face a este cenário. A China é um exemplo no concernente a investimentos cujos retornos beneficiam ao própria nação. Moçambique precisa importar esse exemplo e voltar a filosofia impulsionadora da economia (implantada após a independência do país), aposta na agricultura e desapego aos endividamentos públicos, aliás, a quando da retirada do FMI no apoio ao Orçamento do Estado após anuncio das dívidas ocultas o país registou na história uma época agrícola formidável e satisfatória, tanto que registou-se uma baixa nos preços e não houve rotura de produtos da primeira necessidade no mercado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moçambique está entre vários países em via de desenvolvimento caracterizado por choques de várias ordens. São vários os desafios que o país enfrenta, em parte devido as

acções do País e por outro lado e por sinal grande parte resultantes de conflitos geopolíticos ao nível do Mundo, afectando corredores parceiros, gerando barreiras e limitações do global sourcing e em consequência elevando os custos de importação dos bens e serviços da diáspora.

No concernente a integração, moçambique já deu longos passos desde a abertura da economia durante o período de transição e até cá, são inúmeros acordos e tratados internacionais sobre a actividade económica. O país importa e exporta produtos nacionais para o mundo fora, mas precisa produzir mais para o mercado nacional.

São vários os desafios para Moçambique podendo-se alinhar aos respectivos sectores, no actual escopo de estudo, o país não tem muito a fazer perante os acordos comerciais pois já lá está, se calhar no lugar de ser mais dependente de produtos finais deve-se pensar em importar as indústrias, o know how e começar a produzir para exportar. Fora a isso, há questões internas que julgamos serem primordiais para melhor atrelar-se ao mundo fora.

O Governo moçambicano precisa pensar na necessidade de reestruturação de políticas internas para salvaguardar: (1) bases de sustento do Orçamento do Estado mediante a massificação da agricultura, (2) a redução do endividamento público e aposta em investimentos em indústrias. (3) foco nos 3 sectores de intervenção do governo, os três sectores que devem sempre considerados de sobranças do Governo são a Educação, Saúde e Segurança da Nação e (4) melhoria da reputação do Estado perante aos factores corrupção e legalidade, os níveis de corrupção e aceitação do estado de direito deixam o país não abonatória. A análise, desenho e adopção de estratégias voltadas a estes desafios permitirá que o foco do Governo seja internamente em indicadores do bem-estar e no mundo fora, estabelecer acordos voltados a industrialização do país, potencialização do intelecto do povo moçambicano e investir seus excedentes no mundo fora.

REFERÊNCIAS

Banco de Moçambique. (2022). *Conjuntura económica e perspectivas de inflação*. Banco de Moçambique. Maputo: Autor.

Batalha, M. O. (2009). *Gestão Agroindustrial* (5ª ed.). São Paulo: Atlas, SA.

Cavusgil, S. T., Knight, G., & Riesenberger, J. R. (2010). *Negócios Internacionais - estratégia, gestão e novas realidades*. São Paulo: Pearson.

Cruz e Silva, T. (n.d.). *Moçambique: um perfil*. (B. d. Santos, Producer, & Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) Retrieved from Reinvenção da Emancipação Social : <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>

Husek, C. R. (2023). *Curso de Direito Internacional Público [livro electrónico]* (17ª ed.). São Paulo: LTr.

Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de Marketing* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Rebouças, O. J. (2021). *A Validade no Brasil dos tratados internacionais em matéria tributária* (1ª ed.). Curitiba: Appris.

Sambo, M. G. (2021). A recessão económica em Moçambique: foi a COVID-19? Um olhar a partir do sector externo. In J. J. Macuane, & M. (. Siúta, *Desafios para Moçambique* (pp. 123-142). Maputo: IESE.

Saraiva, J. F., Cervo, A. L., De Almeida, P. R., & Dopcke, W. (2008). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização* (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.

Serapião Jr., C., & Magnoli, D. (2006). *Comércio exterior e negócios internacionais: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva.

Yparraguirre, L. P. (2023, Agosto 18). *Tratados Internacionais: Compreenda o que são, tipos e quais seus efeitos*. Retrieved from Aurun portal: <https://www.aurun.com.br/blog/tratados-internacionais/>